

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS- UFG
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS - FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DO TRATAMENTO DO *IMPAIRMENT TEST* NAS EMPRESAS
DOS SETORES AUTOMOTIVO E CONSTRUÇÃO CIVIL FRENTE À
CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008

Ana Luiza Siqueira Gil

Goiânia - GO
2013

Universidade Federal de Goiás
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
Campus Samambaia – Caixa Postal 411 74001-970 Goiânia-GO
Fone (62) 3521-1183. Fax (62) 3521-1396

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS ELETRÔNICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

Graduação Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Ana Luiza Siqueira Gil
E-mail:	annaluizaszg@gmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Título:	Análise do tratamento do <i>impairment test</i> nas empresas dos setores Automotivo e Construção Civil frente à crise econômico-financeira de 2008.
Palavras-chave:	<i>Impairment test</i> ; Crise Econômico-financeira; Índícios de perda.
Título em outra língua:	<i>Analysis of the treatment of the impairment test in the companies of the Automotive and Construction facing the economic and financial crisis of 2008.</i>
Palavras-chave em outra língua:	<i>Impairment test; Economic and Financial Crisis; Evidence of devaluation.</i>
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	19/07/2013.
Graduação/Curso Especialização:	Ciências Contábeis
Orientador (a):	Prof. Ms. Ednei Morais Pereira

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? () Sim (X) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim

() Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .

(X) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e data _____

Assinatura do Autor e/ou Detentores dos Direitos Autorais

ANA LUIZA SIQUEIRA GIL

**ANÁLISE DO TRATAMENTO DO *IMPAIRMENT TEST* NAS EMPRESAS
DOS SETORES AUTOMOTIVO E CONSTRUÇÃO CIVIL FRENTE À
CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE 2008**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Goiás – UFG Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - FACE como requisito à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Ednei Moraes Pereira

**Goiânia - GO
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

Gil, Ana Luiza Siqueira.

Análise do tratamento do *impairment tests* nas empresas dos setores Automotivo e Construção Civil frente à crise econômico financeira de 2008 [manuscrito] / Ana Luiza Siqueira Gil. – 2013.

44 f. : tabs.

Orientador: Prof. Ms. Ednei Morais Pereira.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Análise do tratamento do *impairment test* nas empresas dos setores Automotivo e
Construção Civil frente à crise econômico-financeira de 2008.**

ANA LUIZA SIQUEIRA GIL

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso submetida à banca examinadora designada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca Examinadora:

Professor Ms. Ednei Moraes Pereira
(Orientador)

Professora Ms. Camila Araújo Machado

Professor Ms. Alex Mussoi Ribeiro

Julgada em: Goiânia, 19 de julho de 2013.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de verificar o tratamento dado pelas empresas pertencentes aos setores Construção Civil e Automotivo com relação aos indícios externos de perda de valor recuperável de seus ativos decorrentes da crise econômico-financeira iniciada em 2008. Para isso o estudo foi dividido em quatro etapas. A partir de uma análise qualitativa do cenário macroeconômico de 2004 a 2009, foram determinadas variáveis macroeconômicas potenciais, que refletem os fundamentos econômicos e a realidade de mercado num período de crise mundial, sendo as seguintes: demanda interna; investimento; endividamento; variação de taxa de câmbio e restrição de liquidez. Num segundo momento, buscou-se a definição de medidas contábeis com presunção de correlação pertinente com as variáveis determinadas anteriormente, ou seja, *proxies* que representam características macroeconômicas a nível operacional das empresas. Definidas as *proxies* correspondentes, foram coletadas informações contábeis/financeiras no banco de dados Economatica, para a certificação de transição de tendência favorável de resultados num período pré-crise (2004 a 2007), para uma tendência desfavorável de resultados a partir do estopim da crise (2008 e 2009). Os resultados dessa etapa confirmam a mudança de tendência, aqui entendida como INDÍCIO de possível perda de valor recuperável; 97% das empresas mostraram existência de indício para pelo menos uma *proxy*; 51% do total da amostra, foram consideradas empresas de alto indício de perda por apresentarem INDÍCIO em pelo menos 3 *proxies* e portanto, estas, deveriam realizar teste de *impairment*. Entretanto a análise de conteúdo realizada na terceira etapa mostra que apenas 12% da amostra apontou em nota explicativa a verificação de existência de evidências para realização dos cálculos de recuperabilidade de seus ativos. O confronto de resultados realizado na quarta etapa mostra que 53% das empresas que deveriam ter realizado o teste de *impairment* não o fizeram. Portanto a pesquisa apontou que as empresas compreendidas na amostra foram omissas às evidências decorrentes da crise de perda por deterioração de valor nos anos 2008 e 2009.

Palavras-chave: *Impairment test*; Crise Econômico-financeira; Indícios de perda.

ABSTRACT

This work aims to verify the treatment given by the companies belonging to the sectors Construction and Automotive with respect to external signs of impairment of assets resulting from the economic and financial crisis that began in 2008. For this, the study was divided into four stages. From a qualitative analysis of the macroeconomic situation from 2004 to 2009 were determined potential macroeconomic variables that reflect economic fundamentals and market reality in a period of global crisis, with the following: domestic demand, investment, debt; rate variation rates and liquidity constraints. Secondly, we sought to define accounting measures with the assumption of correlation with the relevant variables determined earlier, ie, proxies representing macroeconomic characteristics at the operating companies. Defined the corresponding proxies, information was collected accounting / finance in the database Economática to BBB transition results in a bias in favor of pre-crisis period (2004-2007), a trend of unfavorable results from the outbreak of the crisis (2008 and 2009). The results of this stage confirm the change in trend, here understood as INDICATION possible impairment, 97% of companies have shown evidence for the existence of at least one proxy, 51% of the total sample, firms were considered high evidence of loss INDICATION for presenting at least three proxies and therefore they should perform impairment testing. However, the content analysis performed in the third step shows that only 12% of the sample indicated in a note to check the existence of evidence for the calculations of the recoverability of its assets. The comparison of results performed on the fourth step shows that 53% of businesses that should have carried out the impairment test did not. Therefore the survey indicated that the undertakings included in the sample were missing the evidence arising from the crisis of impairment loss in value in the years 2008 and 2009.

Keywords: Impairment test; Economic and Financial Crisis; Evidence of devaluation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Procedimentos de <i>Impairment</i>	5
QUADRO 02 - Setores mais impactados pela crise de 2008.....	6
QUADRO 03 - Indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.....	12
QUADRO 04 - Relação das empresas pesquisadas.....	17
QUADRO 05 - Ocorrência de evidências de "INDÍCIO" ou "NÃO INDÍCIO" de realização de teste de <i>impairment</i>	21
QUADRO 06 - Resultado da Comparação das médias (2004 a 2007 X 2008 a 2009).....	23
QUADRO 07 - Resultado sintético da análise de conteúdo.....	25
QUADRO 08 - Confronto da análise de resultados com a análise de conteúdo.....	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Contextualização	3
1.2 Justificativa do estudo	5
1.3 Objetivos e delimitação do problema	7
2 REVISÃO TEÓRICA	8
2.1 Estudos anteriores	8
2.2 Ativos	10
2.3 Indicadores de deterioração de recursos	10
2.4 Crise econômico-financeira e Impairment	12
3 METODOLOGIA	14
3.1 Trajetória da pesquisa	14
3.2 Considerações Sobre a Amostra de Empresas	15
3.3 Definição das Variáveis Macroeconômicas	17
3.4 Definição de Proxies	17
4 RESULTADOS	21
5 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	28
APÊNDICE	33

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A opção de captação de recursos no mercado de capitais se tornou bastante atraente para as grandes empresas. De acordo com dados da CVM, a partir de 2004 houve uma evolução positiva de emissões de papéis. Com isso, as opções de investimento se diversificam, intensificando a exigência de uma informação contábil de qualidade e a necessidade de um bom entendimento desta para que seja possível a escolha da melhor oportunidade de negócio.

Nesse sentido, as normas contábeis internacionais, seguindo o objetivo teórico da Contabilidade, manifestam-se definindo tratamentos contábeis adequadas às novas situações surgidas com as práticas empresariais, de modo que as reações patrimoniais a estas, estejam reconhecidas de forma correta, atendendo o usuário.

De acordo com um estudo feito em 2009 pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), as empresas reagem às alterações no cenário e na política econômica e essas mudanças afetam a capacidade de geração de lucro e de investimento desses agentes. Segundo a Fundação, o aprofundamento de crises financeiras internacionais gera um efeito-contágio sobre o desempenho das companhias abertas.

Uma vez que as condições de mercado possam significar perda no valor dos recursos de uma entidade, o valor atribuído a estes no Balanço Patrimonial deve ser corrigido. Estes recursos são os ativos da entidade, sendo eles imobilizados, ativos financeiros e intangíveis em geral. O instrumento contábil que adequa o valor registrado desses elementos aos efeitos externos de deterioração sob a entidade é o teste de *impairment*.

A normatização brasileira acerca deste assunto se dá pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor Recuperável de Ativos, correlacionado à Norma Internacional de Contabilidade - IAS 36 (*Impairment of Assets*). Segundo o pronunciamento, no momento em que o valor registrado no Balanço Patrimonial de um ativo não mais corresponde ao valor esperado de retorno econômico para a empresa, ou seja, às expectativas de fluxos de caixa futuros, deve-se ajustá-lo por meio de uma perda, que deve corresponder ao resultado da diferença entre o valor contábil e o valor

recuperável (valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso) quando este for menor. A comparação entre os dois valores é chamada teste de *impairment*. Ademais, a empresa deve ser responsável por identificar anualmente situações em que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Sobre essa “autonomia da administração”, Bini e Bella (2007), destacam que fato da norma do FASB sobre *impairment* (SFAS nº 144) conferir grande discricionariedade à gerência para construir as projeções que servem como base para o cálculo do valor dos ativos, e, por conseguinte, determinar a ocorrência e a extensão das perdas por *impairment*, apresenta-se como principal ponto de fragilidade de procedimento.

Além da dependência de identificação interna de um indicador de irrecuperabilidade, o teste de *impairment* requer procedimentos de mensuração (do valor recuperável). Devido a esses fatores a aplicação deste instrumento possui teor subjetivo.

A subjetividade é inerente a todo processo de mensuração, encontra-se presente em diversos aspectos do processo decisório e não deve constituir obstáculo para a precificação e o reconhecimento de ativos (FUJI e SLOMSKI, 2003). Da mesma forma, decidir sobre se alterações nas condições vigentes ou surgimento de novos eventos significam mudanças em uma estimativa já feita, representa um avanço, pois como afirma Fuji e Slomski (2003) a mensuração do ativo, sob a ótica da subjetividade, em detrimento de se optar por um valor objetivamente verificável, busca a melhor expressão do valor num determinado contexto.

Apesar da subjetividade da aplicação do *impairment test*, acredita-se que diante do mesmo indicador, empresas que realizam as mesmas atividades utilizem premissas semelhantes na mensuração do valor recuperável para ativos de mesma natureza. O FASB (2001b) destaca que o fato de a norma demandar que eventos e circunstâncias semelhantes sejam contabilizados utilizando-se o mesmo modelo contábil, aumenta o valor informativo das demonstrações contábeis, uma vez que gera maior comparabilidade e fidelidade às informações divulgadas. Um exemplo de aplicação dessa premissa seria a utilização da mesma taxa de desconto para estimativa de valor de uso para mesma classe de ativos.

O CPC 01 apresenta algumas situações como referência de indicações de deterioração. Entre elas, a diminuição significativa de valor de mercado, mudanças também significativas no ambiente tecnológico, econômico ou legal com efeito adverso sobre a entidade, evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo,

evidência de que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. A empresa deverá divulgar esses eventos e circunstâncias, além dos ativos afetados.

Dentre as várias situações indicativas de que a empresa não conseguirá recuperar o valor de determinado investimento, pressupõe-se que uma em particular configura-se como típica justificativa de ocorrência dessa deterioração: uma crise econômico-financeira. Tome-se o exemplo mais recente da crise econômico-financeira internacional de 2008, para efeito do presente trabalho, a qual possui representatividade de situações dessa natureza.

1.2 Justificativa do estudo

Com relação às orientações da IAS 36, a Ernest & Young e FIPECAFI (2008) elencam de forma resumida os passos a serem seguidos para determinação de *impairment*:

PROCEDIMENTOS DE <i>IMPAIRMENT</i>	
1º Passo	Identificação do menor nível de geração de caixa;
2º Passo	Identificação dos indicativos de perda do valor de recuperação;
3º Passo	Determinação da metodologia para avaliação;
4º Passo	Definição das premissas a serem utilizadas no cálculo do valor de recuperação;
5º Passo	Reconhecimento contábil da perda; e
6º Passo	Divulgação nas demonstrações financeiras.

Quadro 01 – “Procedimentos de *Impairment*”.

Fonte: Adaptado de Ernest & Young e FIPECAFI, 2008.

Diante da visão ordenada do procedimento de *impairment*, percebe-se que analisar as circunstâncias que culminaram na necessidade de possível perda e a metodologia aplicada anteriormente ao seu registro, se faz relevante para só então, posteriormente, verificar seus efeitos e desdobramentos.

Portanto, o presente estudo apresenta como enfoque, a associação de um ponto chave do teste de *impairment* – a decisão de quando o fazer, com o cenário de crise econômico-financeira. Será analisada a repercussão direta da crise iniciada nos EUA em 2008, nos ativos de entidades brasileiras.

De acordo com uma pesquisa de previsão feita pela PriceWaterHouse Cooper em dezembro de 2008, no Brasil os setores da economia mais afetados pela crise foram o Automobilístico, Financeiro e o da Construção Civil. A pesquisa se desenvolveu por meio de entrevista com executivos de cargos estratégicos em empresas de capital aberto e grandes corporações de significativa participação na economia do país, e resultou em um ranking dos setores mais impactados pela crise, conforme o quadro:

IMPACTOS	RANKING SETORIAL				
	1°	2°	3°	4°	5°
Setores mais afetados pela crise	Automotivo	Financeiro	Construção Civil	Bens de Capital	Mineração
Setores que sofrerão consequências por mais tempo	Automotivo	Construção Civil	Financeiro	Bens de Capital	Comércio
Setores que precisarão de apoio governamental para superar a crise	Automotivo	Financeiro	Construção Civil	Agronegócio	Bens de Capital
Setores que terão mais problemas com a escassez de crédito	Automotivo	Construção Civil	Comércio	Bens de Capital	Agronegócio
Setores que terão necessidade maior de redução de investimentos	Automotivo	Construção Civil	E&P	Bens de Capital	Siderurgia
Setores que terão de fazer o maior corte em seu quadro de pessoal	Automotivo	Construção Civil	Comércio	Financeiro	Serviços
Setores que serão alvo dos maiores processos de concentração	Financeiro	Construção Civil	Agronegócio	Comércio	E&P
Setores que sofrerão as maiores perdas cambiais	Financeiro	Siderurgia	Automotivo	E&P	Agronegócio

Quadro 02 – “Setores mais impactados pela crise de 2008”.

Fonte: Adaptado de Price Water House Coopers, 2008.

A busca pela associação de assuntos da contabilidade com outras áreas do conhecimento, existente nesta pesquisa, é uma tendência observada no processo evolutivo das produções acadêmicas (LOPES; LIMA, 2001) e justifica-se pelo fato de a contabilidade ser uma ciência social aplicada e como tal interagir com outras ciências (PORTO, 2008).

Além disso, o trabalho ganha importância pela representatividade do reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável de ativos na transição de

uma contabilidade conservadora tradicional para uma contabilidade pautada pelo subjetivismo responsável.

O teste de *impairment* faz parte do conjunto de novas práticas impulsionadas por mudanças na legislação societária que prezam critérios de avaliação e mensuração que se aproximem ao máximo do valor econômico dos ativos. De acordo com Pereira (2000, p.14), o *fair value accounting*, apesar de não ser completamente verificável, é a melhor forma no momento de se retratar a realidade econômica dos itens patrimoniais expostos no balanço das empresas. No caso de ativos imobilizados, a atribuição de valor econômico tem sido considerada o *fair value* (valor justo), representado pelo *impairment test*. (RAUPP; BEUREN, 2009).

1.3 Objetivos e delimitação do problema

Considerando que (i) a identificação dos indicativos de perda do valor de recuperação é o primeiro passo e, portanto, ponto crucial para a execução do teste de *impairment*; que (ii) o patrimônio das entidades é sensível às mudanças no cenário econômico-financeiro; que (iii) com relação a deterioração de valor, eventos comuns a empresas do mesmo setor causam efeitos semelhantes; e que (iv) a crise econômico-financeira internacional de 2008 é um exemplo representativo de como a conjuntura econômica pode destruir valor de uma entidade; o presente trabalho busca solucionar o seguinte problema: **“Houve observação dos indicativos de perda por *impairment* nas empresas dos setores Automotivo e Construção Civil decorrentes da crise econômica financeira iniciada em 2008”?**

A fim de solucionar o problema supracitado, esta pesquisa tem como a) objetivo geral: verificar a necessidade de realização de *impairment test* através da verificação dos efeitos da crise econômica de 2008 nos relatórios financeiros das empresas do setores Automotivo e Construção; e b) objetivo específico: determinar indicadores financeiros que representem variáveis macroeconômicas a nível operacional num período de crise mundial.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Estudos anteriores sobre *Impairment*

A primeira referência normativa sobre o *impairment* foi elaborada pelo FASB, que em 1973 o incluiu no seu corpo de normas através da APB *Opinion* nº 30 – *Reporting the results of operations – reportin the effects of disposal of a segment of a business, and extraordinary, unusual and in frequently occurring events and transaction*. Hoje o assunto é normatizado nos Estados Unidos pela SFAS nº 144 – *Accounting for the impairment or disposal of long-lived assets*.

Santos *et al.* (2003) apresentam os principais conceitos utilizados pelas normas norte-americanas emitidas pelo FASB, referentes ao teste de *impairment*, como evidências de possível perda por *impairment*, determinação do valor recuperável de um ativo de longa duração e tempo de vida útil remanescente.

Cruz (2008) analisou as diferenças no tratamento do *impairment* dado pelas normas baseadas em princípios norte americanos e princípios internacionais (SFAS nº 144, e IAS 36 – *Impairment of Assets*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), através do impacto das perdas em companhias europeias. Verificou-se que as divergências conceituais geram diferentes valores de perda, o que demonstra dificuldade de convergência das normas contábeis.

No Brasil, a prática do *impairment* tornou-se obrigatória às companhias de capital aberto através da deliberação CVM 527/2007 que aprovou o Pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, produzindo reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento IAS 36 – *Impairment of Assets*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ribeiro *et al.* (2010) propuseram uma avaliação da convergência entre o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e o IAS 36 – *Impairment of Assets*, verificando as diferenças e similaridades entre as normas. O estudo valida a harmonização e convergência entre as normas estudadas, pois a prática da utilização do teste de *impairment* nas empresas, em conformidade com os requisitos normativos, revela a obtenção de resultados bem aproximados nos demonstrativos financeiros.

Verificado um nível satisfatório de harmonização das normas brasileira e internacionais, muitos estudos foram desenvolvidos a fim de demonstrar o grau de

aderência das demonstrações contábeis publicadas pelas companhias às exigências das normas vigentes.

Souza *et al.* (2011), buscaram verificar se as companhias de capital aberto que reconheceram redução ao valor recuperável de ativos em 2008 seguiram as normas de divulgação contidas no CPC-01, utilizando como amostra de pesquisa 52 empresas brasileiras listadas no Ibovespa. Concluiu-se que nenhuma das companhias analisadas divulgou, de maneira completa, todas as determinações emanadas pelo CPC-01, no que concerne especificamente à divulgação do *impairment*.

Além do enfoque normativo, vários foram os estudos desenvolvidos contemplando o impacto do reconhecimento das perdas por deterioração de valor dos ativos nos resultados das companhias.

Cerqueira *et al.* (2012) analisou o impacto da adoção das normas internacionais sobre *impairment* no preço e no retorno das ações, para ativos tangíveis e intangíveis por ação, e o valor do custo atribuído por ação. Os resultados da pesquisa apontam que os investidores não creem que haja uma melhora informacional com o custo atribuído.

Fernandes *et al.* (2010) quantificou o valor total da perda no valor recuperável de ativos (*impairment test*) divulgadas por companhias pertencentes aos setores de energia elétrica, água e saneamento, petróleo e gás, telecomunicações e transporte aéreo nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP's) encerradas em 2008. Como principais resultados destaca-se que o setor no qual as perdas e/ou provisões foram mais relevantes em relação ao ativo total das companhias foi o setor de energia elétrica. Quanto ao reconhecimento, das 96 companhias analisadas 9 companhias provisionaram perda no valor recuperável de ativos. Em relação à informação sobre a realização do teste de recuperabilidade de ativos (*impairment test*), apenas 3 companhias foram omissas.

Dentre todos os estudos analisados, em nenhum se constatou a preocupação de verificação de semelhanças entre as premissas e justificativas que serviram de base para que a administração das companhias pudesse concluir os valores das perdas ao valor recuperável dos ativos, o que será contemplado neste trabalho.

2.2 Ativos

Em países como o Brasil, a adoção do custo de valor histórico é o principal fundamento para a mensuração de ativos. Esta prática “constitui um grande reflexo do conservadorismo da Contabilidade, ao se optar por um valor objetivamente verificável (custo original), fruto de avaliação objetiva de transações efetivamente ocorridas”. (FUJI & SLOMSKY, 2003).

A mensuração de ativos pelo custo histórico se mostra deficiente, pois, segundo Fuji e Slomsky (2003), expressa apenas o valor de desembolso na data de aquisição, não representando de fato o valor econômico dos ativos.

Quanto às diversas formas de mensuração, “tem havido, durante décadas, um debate furioso a respeito de qual é a melhor maneira de medir ativos” (Hendriksen & Van Breda, 1999:304). Neste sentido, introduz-se a ideia contida na Estrutura Conceitual Básica do CPC, de que um ativo só deve ser reconhecido como tal por um valor que expresse a sua real capacidade de geração de resultados econômicos. Conforme expressão de Iudícibus (2004), “no âmago de todas as teorias para a mensuração dos ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a melhor quantificação possível dos potenciais de serviços que o ativo apresenta para a entidade”.

Para o FASB, o conceito de benefício futuro provável é imprescindível para reconhecer a característica essencial dos ativos. Sendo assim, devem ser utilizadas alternativas de mensuração que resultem em valores correspondentes ao montante de benefícios futuros retornáveis à entidade.

Os ativos passíveis de aplicação de procedimento de *impairment* como alternativa de mensuração mais próxima do seu real retorno econômico são ativos de longa duração (imobilizado), ativos de vida útil indefinida (*goodwill*), ativos disponíveis para venda, investimentos e em operações descontinuadas.

2.3 Indicadores de deterioração de recursos

Após o ativo ser mensurado e registrado, a entidade deve considerar o fato de que o valor contido no Balanço Patrimonial não mais representa a capacidade de retornos futuros do ativo para a entidade. As constantes modificações na economia mundial, o processo de globalização, a facilidade de acesso às informações decorrente da difusão da

internet, a rapidez da evolução tecnológica são alguns fatores que contribuem para a modificação das premissas utilizadas pelas empresas na elaboração de seus orçamentos de capital e, conseqüentemente, sendo alteradas as premissas, as expectativas de geração de benefícios futuros de um ativo de longa duração acabam também se modificando. (SANTOS, 2003). Ou seja, o valor contábil passa a ser diferente do seu valor recuperável (definido como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso). Se isto for observado, em uma relação onde o primeiro é menor que o segundo, pode-se concluir que houve uma perda por desvalorização e deve-se contabilizar esta perda a fim de reduzir o valor contábil desse ativo. Essa prática corresponde ao *impairment*.

O *impairment* é, portanto, o procedimento contábil de adequação dos registros contábeis dos ativos à possível diminuição do benefício futuro provável dos mesmos, uma vez que o objetivo de sua utilização é assegurar que um ativo seja apresentado nas demonstrações contábeis por valor não superior ao seu valor recuperável.

A possibilidade de diminuição do benefício futuro provável deve ser avaliada de acordo com as recomendações do CPC 01 e podem ser listadas conforme o quadro:

INDICAÇÕES DE DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS	
FONTES EXTERNAS DE INFORMAÇÃO	Diminuição significativa do valor de mercado, maior do que seria de se esperar como resultado da passagem de tempo.
	Mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado, com efeito adverso sobre a entidade.
	Aumento das taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, afetando de forma provável a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo, diminuindo materialmente o valor recuperável do ativo.
	Constatação de que o valor contábil do patrimônio líquido é maior do que o valor de suas ações no mercado.
FONTES INTERNAS DE INFORMAÇÃO	Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo.
	Ocorrência de mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado. Como: o ativo que se torna inativo ou ocioso; planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida.
	Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

DIVIDENDO DE CONTROLADA, EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO OU COLIGADA

Constatação de que o valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis separadas excede os valores contábeis dos ativos líquidos da investida reconhecidos nas demonstrações consolidadas, incluindo eventual *goodwill*.

Constatação de que o dividendo excede o total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada no período em que o dividendo é declarado.

Quadro 03 – “Indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização”

Fonte: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos

2.4 Crise econômico-financeira

Todas as crises financeiras, sem exceção, têm uma mesma causa fundamental: o excesso de liquidez, alimentado por ativos dos mais diversos tipos e turbinado por taxas de juros irrealistas (isto é, inferiores ao que seriam as taxas de juros “normais” de mercado). (ALMEIDA, 2009). Não foi diferente em 2008.

Segundo Dowbor (2009), o estopim da crise de 2008 foi a contaminação do mercado imobiliário nos EUA por papéis tóxicos derivados de contratos “sub-prime”. O sistema de alastramento desses papéis estava sustentado pela hipotética valorização dos imóveis nos Estados Unidos. Enquanto a valorização acontecia, pela dinamização do mercado decorrente do aumento do crédito para pessoas pouco capitalizadas, formava-se a chamada bolha. Esta já era prevista, no entanto esperava-se um “*soft landing*”, ou seja, um esvaziamento suave da bolha, e não o “*crash landing*” que finalmente aconteceu.

No Brasil, de acordo com os estudos da FUNDAP (2009), o contexto macroeconômico geral nos anos anteriores à crise, foi marcado por forte dinamismo, se observadas as seguintes questões pontuais:

- crescimento da demanda por crédito ao longo dos anos;
- taxas de juros apresentaram tendência de queda;
- aumento nos prazos de financiamento;
- expansão do PIB
- demanda no mercado interno forte (utilização da capacidade instalada e posterior aumento da capacidade)

Este cenário refletiu diretamente no desempenho das grandes empresas. De maneira geral, as entidades experimentaram resultados extremamente positivos:

percebeu-se uma expansão dos ativos em investimentos societários; baixo crescimento do endividamento total (3% a.a.), acompanhado de mudança na composição (mais dívidas de longo prazo e queda nos compromissos de curto prazo); aumento das receitas com taxas superiores a 15%; aumento dos lucros operacional e líquido, com taxas próximas a 20% a.a. (IBGE).

No Brasil, segundo dados do IBGE, a trajetória de crescimento traçada pela economia, que entre 2006 e 2008 cresceu a uma taxa média anual de cerca de 5% a.a., percebeu uma inflexão ocasionada pela crise financeira desencadeada a partir do segundo semestre de 2008. Em 2009 o crescimento do PIB foi negativo, -0,20%. Além disso, houve forte retração de investimento (-17,51% em 2009).

Segundo o estudo da Fundap (2009) sobre o impacto da crise,

“as empresas foram impactadas duplamente: de um lado, a queda da demanda interna produziu excesso de capacidade, interrompeu as decisões de investimento e derrubou o volume de produção industrial; de outro, a desvalorização do real afetou as dívidas atreladas ao dólar e produziu perdas financeiras, especialmente elevadas nas empresas que realizaram operações de hedge e/ou especulativas envolvendo derivativos cambiais”.

Todo esse conjunto de adversidades propiciadas pela situação específica de crise internacional está alinhado às indicações sugeridas pelo CPC 01, impondo, portanto, revisões nas demonstrações contábeis decorrentes de perdas substanciais nos valores que compõem a estrutura dos balanços.

3. METODOLOGIA

3.1 Trajetória da pesquisa

A pesquisa foi elaborada de forma a avaliar dados tanto qualitativos quanto quantitativos, na medida em que se buscou explorar a variação de dados contábeis contidas nas demonstrações financeiras e notas explicativas das entidades sobre perdas por deterioração do valor de ativos, relacionando-as com fatos do cenário econômico-financeiro de uma crise internacional.

O método de abordagem utilizado nesta pesquisa foi o indutivo, uma vez que se analisam os impactos da crise financeira de um grupo de 42 empresas como forma de provar a necessidade de realização de *impairment* para todas as entidades afetadas. Segundo Lakatos e Marconi (2005), o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa caracteriza-se como exploratória, na medida em que busca proporcionar maior familiaridade com o problema. (GIL, 1991).

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, o estudo foi desenvolvido em quatro etapas. Na primeira, após determinada a amostra alvo, buscou-se a verificação de uma mudança na tendência macroeconômica a partir do ano de 2008, com base em prévia revisão bibliográfica (análise qualitativa). O objetivo dessa análise foi determinar as variáveis-alvo de estudo, ou seja, as variáveis que demonstram a situação macroeconômica (objetivo específico da pesquisa): nível de endividamento; variação da taxa de câmbio, restrição de liquidez, nível de investimento, e demanda interna.

Numa segunda etapa, buscou-se verificar os reflexos da crise nas demonstrações contábeis das entidades por meio de *proxies* que representassem as variáveis macroeconômicas a nível operacional, seguida da análise da evolução desses valores (análise quantitativa). Para tanto, foram coletadas as informações dos demonstrativos financeiros que serviriam para as *proxies* pré-determinadas. Essa etapa teve como objetivo verificar a existência de indícios de possíveis perdas por deterioração de valor, o que sujeitaria a empresa, ao teste de *impairment* (objetivo específico).

Na última etapa, fez-se uma análise de conteúdo das Notas Explicativa para certificação de quais empresas realizaram o teste para provável perda por deterioração de

ativos após julgamento de percepção de indícios nos exercícios encerrados posteriormente ao início da crise, ou seja, 2008 e 2009. As notas explicativas analisadas foram compiladas no sítio BmfBovespa, disponibilizadas junto às demonstrações contábeis de 2009, com conteúdo referente ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009.

A Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2002, p. 42), pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que possibilitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Ou seja, a partir da análise da descrição do conteúdo das notas explicativas referentes à perdas de valor recuperável, buscou-se inferir se: a) a administração faz menção à norma acerca do *impairment* (CPC 01); b) a entidade desenvolveu cálculos com o objetivo de comparar o valor contábil com o valor recuperável (se realizou o teste); c) houve provisão de perda de valor recuperável. Quando positivo para “provisionou perda?”, buscou-se inferir: d) qual ativo perdeu valor; e) se apresentou premissas; e f) qual a rubrica da contabilização. Optou-se por verificar g) o texto contendo as principais informações sobre o teste a fim de apontar um exemplo de explicação suficiente para o entendimento do procedimento.

O parâmetro da análise de conteúdo usado nas inferências foi a ocorrência de palavras-chave (*impairment*; recuperabilidade/recuperável; evidências; perda; provisão).

Por fim realiza-se o confronto dos resultados obtidos com a verificação das médias das *proxies* com a análise de conteúdo (objetivo geral) a fim de testar a seguinte hipótese:

H_0 – as empresas realizaram teste para perda por *impairment* quando verificada existência de indícios apontados por tendência negativa de resultados.

3.2 Considerações Sobre a Amostra de Empresas

A escolha das empresas de capital aberto dos setores da Indústria Automobilística e da Construção Civil como composição da amostra se fez pois, presume-se com base nos estudos da PriceWaterHouse Cooper (2008), que seus resultados sejam os mais representativos possíveis da totalidade dos efeitos da crise e,

que a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, pode-se então inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total (todas as empresas brasileiras afetadas pela crise econômica de 2008), se esta fosse verificada (LAKATOS; MARCONI, 2003). Optou-se por não analisar o setor Financeiro, apesar da relevante posição no *ranking* de setores mais impactados pela crise, uma vez que foram levantadas variáveis tipicamente relacionadas ao macrossetor industrial.

Diante dos critérios adotados para a escolha da amostra, pode-se defini-la como amostra por julgamento, já que como tratado por Barbeta (2007) os elementos escolhidos são aqueles julgados como típicos da população que se deseja estudar.

O levantamento de dados financeiros, feito através da ECONOMATICA, resultou em uma amostra composta por 42 empresas, 24 pertencentes ao setor denominado Construção, e 18 pertencentes ao setor denominado Veículos e Peças, como representação da Indústria Automobilística. A empresa Autometal, apresentou dados a partir de 2009, portanto, foi excluída da amostra, o que resultou numa amostra final de 41 empresas (24 da Construção e 17 da Veículos e Peças).

A amostra obtida é apresentada conforme Quadro 4 abaixo, e com base nesta amostra serão verificadas alterações nos resultados das empresas mais afetadas pela crise de 2008.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS					
EMPRESA	SETOR	EMPRESA	SETOR	EMPRESA	SETOR
Azevedo	Construção	Mendes Jr	Construção	Embraer	Veículos e Peças
Brookfield	Construção	MRV	Construção	Fras-Le	Veículos e Peças
Const A Lind	Construção	PDG Realt	Construção	Iochp-Maxion	Veículos e Peças
Const Beter	Construção	Rodobens	Construção	Marcopolo	Veículos e Peças
Cr2	Construção	Rossi Resid	Construção	Metal Leve	Veículos e Peças
Cyrela Realt	Construção	Sergen	Construção	Plascar Part	Veículos e Peças
Direcional	Construção	Sultepa	Construção	Pro Metalurg	Veículos e Peças
Even	Construção	Tecnisa	Construção	Randon Part	Veículos e Peças
Eztec	Construção	Trisul	Construção	Recrusul	Veículos e Peças
Gafisa	Construção	Viver	Construção	Riosulense	Veículos e Peças
Helbor	Construção	Autometal	Veículos e Peças	Schulz	Veículos e Peças
JHSF Part	Construção	Bic Monark	Veículos e Peças	Tupy	Veículos e Peças
Joao Fortes	Construção	Cobrasma	Veículos e Peças	Wetzel S/A	Veículos e Peças
Lix da Cunha	Construção	DHB	Veículos e Peças	Wiest	Veículos e Peças

Quadro 04: “Relação das empresas pesquisadas”
Fonte: Dados da Pesquisa, elaborado pela autora.

3.3 Definição das Variáveis Macroeconômicas

Buscou-se a escolha de variáveis macroeconômicas potenciais, que refletem os fundamentos econômicos e a realidade de mercado num período de crise mundial, com base nos estudos da Fundap 2009, sendo definidas as seguintes:

- Variação da Demanda Interna
- Oferta de crédito (restrição de liquidez)
- Variação das Taxas de Cambio
- Nível de Endividamento
- Nível de Investimento

É relevante ponderar que estas escolhas têm limitações no que se refere à quantificação da relevância que estas variáveis assumem em períodos de crise.

3.4 Definição de *Proxies*

Para mensurar as variáveis macroeconômicas listadas acima a nível operacional optou-se pela determinação de *proxies*, ou seja, medidas que se presume correlação pertinente com as variáveis.

3.4.1 Despesas Financeiras como *proxy* para taxa de cambio

O quadro de Despesas Financeiras Líquida das empresas é revelador das mudanças em dimensão cambial. No período anterior à crise, a valorização da moeda levou a uma redução da despesa financeira líquida. Em função da desvalorização cambial registrada na comparação de março de 2009 e março de 2008, as despesas financeiras líquidas foram maiores. (FUNDAP, 2009).

INDÍCIO	Média da "DESPESA FINANCEIRA" de 2004 a 2007 MENOR que média de 2008 a 2009
NÃO INDÍCIO	Média da "DESPESA FINANCEIRA" de 2004 a 2007 MAIOR que média de 2008 a 2009

3.4.2 Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido como *proxy* para Endividamento.

Durantes os anos anteriores à crise, o que se percebeu com relação às dívidas foi uma redução do grau de endividamento, além de mudança do seu perfil: a relação entre o capital de terceiros e o capital próprio das empresas alcançou a marca de 1,22 em 2007 - o menor patamar desde 2002 e houve alongamento dos prazos para saldar dívidas (aumento dos compromissos de longo prazo e queda nas dívidas de curto prazo) .

Ao final de 2008, a composição do passivo indicava alteração na forma de as empresas brasileiras se financiarem. A restrição financeira aguda, especialmente a partir de setembro de 2008, levou as empresas a aumentar o seu grau de endividamento. Entre 2007 e 2008, os empréstimos totais do conjunto de empresas cresceram 46,8%, atingindo o patamar de R\$ 458,6 bilhões. Diferentemente da trajetória anterior, quando as dívidas de curto prazo reduziram-se, entre 2002 e 2007, verificou-se ampliação dos empréstimos de longo prazo e forte elevação do financiamento de prazos mais curtos (+47,1%). Esse movimento na direção de ampliar o endividamento, especialmente o de curto prazo, respondeu a um estresse financeiro — advindo da desvalorização do real, do aumento dos custos e prazos dos financiamentos e das perdas de capital em apostas especulativas no mercado financeiro. (FUNDAP, 2009).

INDÍCIO	Média da "DÍVIDA LÍQUIDA / PL" de 2004 a 2007 MENOR que média de 2008 a 2009
NÃO INDÍCIO	Média da "DÍVIDA LÍQUIDA / PL" de 2004 a 2007 MAIOR que média de 2008 a 2009

3.4.3 Receita Líquida como *proxy* para Demanda Interna

Como a inflação (medida pelo IPCA) se manteve reduzida, dentro da meta estabelecida pelo governo, a variação da receita líquida das empresas pode ser explicada pela alteração de intensidade da demanda ao longo dos anos.

A receita líquida apresentou uma tendência geral de aumento (crescimento médio anual de 17%) durante os anos que antecederam a crise econômica de 2008. (FUNDAP, 2009).

INDÍCIO	Média da "RECEITA LÍQUIDA" de 2004 a 2007 MAIOR que média de 2008 a 2009
NÃO INDÍCIO	Média da "RECEITA LÍQUIDA" de 2004 a 2007 MENOR que média de 2008 a 2009

3.4.4 Investimento sobre Patrimônio Líquido como *proxy* para Investimento

Durantes os anos anteriores à crise, de maneira geral, a combinação de geração crescente de fluxos internos às empresas e a liquidez abundante no financeiro internacional criou uma situação especial para as grandes empresas: acesso mais fácil a recursos no mercado de capitais doméstico e alongamento dos prazos dos empréstimos. Esses fatos resultaram em aumento das imobilizações em ativos fixos e em investimentos societários. Além disso, a demanda do mercado interno forte no período também configurou investimentos para aumento da capacidade já instalada das empresas. Todavia, a eclosão da crise global mudou o cenário e interrompeu esse movimento ascendente do investimento. Como mudança de estratégia das empresas, o pós-crise foi marcado por retração dos investimentos societários. (FUNDAP, 2009).

INDÍCIO	Média da "INVESTIMENTO / PL" de 2004 a 2007 MAIOR que média de 2008 a 2009
NÃO INDÍCIO	Média da "INVESTIMENTO / PL" de 2004 a 2007 MENOR que média de 2008 a 2009

2.6.5 Alavancagem financeira como *proxy* para restrição de liquidez

A crise econômico-financeira que nasceu no âmago de um sistema financeiro complexo, inovador e sem regulação rigorosa, seguiu-se de uma crise de liquidez que afetou a economia mundial. A aversão ao risco em todo tipo de transação financeira envolvendo o sistema financeiro internacional fechou o acesso à liquidez em moeda estrangeira. (CASTRO; BRANDÃO, 2008).

De acordo com Assaf (2010), o efeito de tomar recursos a certo custo ou risco, e aplicar em ativos a certa taxa de retorno é a alavancagem financeira. Em um momento de restrição de liquidez como o atual, as empresas são pressionadas a se

tornarem menos alavancadas, o que resulta em menos disponibilidade de recursos para investir. (CASTRO; BRANDÃO, 2008).

INDÍCIO	Média da "ALAVANCAGEM FINANCEIRA" de 2004 a 2007 MENOR que média de 2008 a 2009
NÃO INDÍCIO	Média da "ALAVANCAGEM FINANCEIRA" de 2004 a 2007 MAIOR que média de 2008 a 2009

4 RESULTADOS

Para verificação de indícios de realização de teste de *impairment*, optou-se pela observação da evolução das *proxies* ao longo dos anos (2004 a 2009), a partir da premissa de que existia uma tendência de resultados favoráveis para os anos anteriores à crise (2004 a 2007), e que houve uma inflexão dessa tendência nos anos pós-crise (2008 e 2009).

Para determinação de INDÍCIO ou NÃO INDÍCIO de teste de *impairment* nas empresas, as *proxies* foram analisadas da seguinte forma: para “Investimento sobre Patrimônio Líquido”, “Alavancagem Financeira” e “Receita Líquida”, foi considerado existência de indicio nas empresas que apresentaram a médias dos indicadores após a crise (2008 a 2009) inferiores à média dos anos anteriores (2004 a 2007); para “Despesa Financeira” e “Endividamento”, foi considerado existência de indicio nas empresas que apresentaram a média dos indicadores após a crise (2008 a 2009) superiores à média dos anos anteriores à crise (2004 a 2007).

OCORRÊNCIA DE EVIDÊNCIA DE “ÍNDICIO” OU “NÃO INDÍCIO” DE REALIZAÇÃO DO TESTE DE IMPAIRMENT			
SETOR	PROXY	ÍNDICIO	NÃO INDÍCIO
CONSTRUÇÃO	AlaFin	12	12
	DesFin	18	6
	DL/PL	16	8
	Inv / PL	11	13
	Receita	8	16
VEÍCULOS E PEÇAS	AlaFin	8	9
	DesFin	13	4
	DL/PL	7	10
	Inv / PL	6	11
	Receita	5	12

Quadro 05: “Ocorrência de evidências de “ÍNDICIO” ou “NÃO INDÍCIO” de realização de teste de *impairment*”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Dentre as *proxies* analisadas, a que apresentou maior percentual de INDÍCIO foi a despesa financeira, sendo que da amostra analisada 75% das empresas apresentaram aumento da despesa, ou seja, se mostraram mais sensíveis à variação da taxa de câmbio.

Isso significa que o resultado financeiro das empresas se mostrou bastante sensível às variações ocorridas nas taxas de câmbio durante o período de crise.

A *proxy* Receita Operacional Líquida não se mostrou vulnerável às mudanças no cenário macroeconômico, tendo a maior ocorrência de “NÃO INDÍCIO”, tanto no setor Construção quanto Veículos e Peças.

Numa análise geral, observa-se que das 41 empresas analisadas 40 apresentaram INDÍCIO em pelo menos um dos indicadores, sendo que mais da metade da amostra (51%) apresentou evidência em 3 ou mais indicadores (15 empresas do setor Construção e 6 do setor Veículos e Peças).

Diante disso, podemos inferir que para os indicadores analisados 51% das empresas devem realizar teste de *impairment*, já que mudanças negativas em seus resultados observados na maioria de seus indicadores apontam indícios de perda de forma relevante.

A fim de comprovar a hipótese da pesquisa, realizou-se análise do conteúdo das notas explicativas das 41 empresas da amostra a partir da consulta de 5 palavras chave: *impairment*; recuperabilidade/recuperável; evidências; perda; provisão.

Os resultados apontam que apenas 5 empresas (4 do setor Construção e 1 do setor Veículos e Peças) evidenciaram em nota explicativa a observação de evidências de possíveis perda por deterioração de valor, são elas: Const a Lind; Const Beter; Gafisa; JHSF Part e Metal Leve. De modo que estas, em tese, deveriam realizar os cálculos para verificação de perda, o que de fato ocorreu.

Contradizendo o sentido recomendado das etapas que envolvem a verificação de *impairment* (primeiro verificar existência de evidências internas ou externas; depois realizar o teste – exceto para *goodwill* que independe de evidências) 16 empresas realizaram o teste, mas 11 delas não detectaram necessidade de provisão de perda.

RESULTADO COMPARAÇÃO DAS MÉDIAS (2004 a 2007 X 2008 a 2009)								
Empresa	Proxies					Total	Total	
	AlaFin	DesFin	DL/PL	Inv / PL	Receita	"Indício"	"Não Indício"	
CONSTRUÇÃO	Azevedo	Não Indício	Não Indício	Não Indício	Não Indício	Não Indício	0	5
	Brookfield	Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	3	2
	Const A Lind	Indício	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	3	2
	Const Beter	Não Indício	Indício	Não Indício	Indício	Indício	3	2
	Cr2	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Cyrela Realt	Indício	Indício	Indício	Não Indício	Indício	4	1
	Direcional	Indício	Indício	Não Indício	Indício	Indício	4	1
	Even	Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	3	2
	Eztec	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Gafisa	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Helbor	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	JHSF Part	Não Indício	Indício	Indício	Indício	Não Indício	3	2
	Joao Fortes	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Lix da Cunha	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Indício	3	2
	Mendes Jr	Indício	Não Indício	Não Indício	Indício	Indício	3	2
	MRV	Indício	Indício	Indício	Indício	Não Indício	4	1
	PDG Realt	Não Indício	Indício	Indício	Indício	Não Indício	3	2
	Rodobensimob	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Indício	3	2
	Rossi Resid	Não Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	1	4
	Sergen	Indício	Não Indício	Não Indício	Indício	Indício	3	2
Sultepa	Não Indício	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	2	3	
Tecnisa	Indício	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	3	2	
Trisul	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3	
Viver	Indício	Indício	Indício	Indício	Indício	5	0	
Total Construção	-----						65	55
VEÍCULOS E PEÇAS	Bic Monark	Indício	Não Indício	Não Indício	Indício	Indício	3	2
	Cobrasma	Não Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	Não Indício	1	4
	DHB	Não Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	Indício	2	3
	Embraer	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Fras-Le	Não Indício	Indício	Indício	Indício	Não Indício	3	2
	Iochp-Maxion	Não Indício	Indício	Indício	Indício	Não Indício	3	2
	Marcopolo	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Metal Leve	Indício	Indício	Indício	Não Indício	Indício	4	1
	Plascar Part	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Pro Metalurg	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	Indício	3	2
	Randon Part	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Recrusul	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Riosulense	Não Indício	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	2	3
	Schulz	Não Indício	Indício	Indício	Não Indício	Não Indício	2	3
	Tupy	Não Indício	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	2	3
	Wetzel S/A	Não Indício	Não Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	1	4
Wiest	Indício	Não Indício	Indício	Não Indício	Indício	3	2	
Total Veículos e Peç	-----						39	46

Quadro 06: "Resultado da comparação das médias (2004 a 2007 X 2008 a 2009)

Fonte: Resultados da pesquisa, 2013.

De maneira geral, quanto aos outros aspectos da análise de conteúdo, apenas 3 empresas não abordaram o tema (não houve ocorrência de nenhuma palavra-chave para o contexto de *impairment test*); apenas 5 empresas provisionaram perda por *impairment*; nestas, os ativos alvo de *impairment* foram ágio, investimento, e projetos imobiliários.

A abordagem considerada mais completa foi feita pela empresa MRV, que apontou com detalhes os aspectos do ativo alvo, as premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável, a comparação do valor contábil com o valor recuperável, conforme segue:

MRV**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**

- O ágio na aquisição da controlada Blás Engenharia e Empreendimentos S.A., ocorrido em 20 de novembro de 2007, fundamentado em estudo de expectativa futura, (nota explicativa 7), avaliado por meio de fluxo de caixa descontado a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capital de Giro, indicava um valor recuperável para o ativo avaliado na data de aquisição em R\$3.719. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia realizou os testes de “*impairment*” conforme requerimentos do CPC 01, e concluiu que os valores deste ativo, líquidos de ágio, de R\$3.237 (R\$3.237 em 2008) não apresentavam problemas de realização.
- As premissas chaves utilizadas para elaboração das projeções incluem o valor estimado e a época das vendas das unidades dos empreendimentos, o custo e o período de construção dos projetos e o giro das contas a receber. As premissas foram determinadas com base em informações históricas.
- O ágio se baseia em rentabilidade futura. Na avaliação realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2009 utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado a valor presente, a Administração concluiu por não existir necessidade de registrar qualquer provisão para perda neste ativo. A taxa de desconto utilizadas nos cálculos foi apurada através da adoção do Custo Médio Ponderado de Capital de Giro (WACC na sigla em inglês) e o período de projeção foi de 4 anos, não sendo considerado qualquer taxa de crescimento.

RESULTADO SINTÉTICO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO				
Conteúdo	Ocorrência	Construção	Veículos e Peças	Total
Menção da Norma	Sim	23	16	39
	Não	1	2	3
Detectou Evidências?	Sim	4	1	5
	Não	6	8	14
	Não deixou claro	14	9	23
Realizou o Teste?	Sim	9	7	16
	Não	1	2	3
	Não deixou claro	14	9	23
Provisionou Perda?	Sim	4	1	5
	Não	20	17	37

Quadro 07: “Resultado sintético da análise de conteúdo”

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Confrontando os resultados da pesquisa sobre as empresas que apresentaram indícios de perda, conforme as *proxies*, e as empresas que informaram evidências de *impairment* em nota explicativa, 16 mostraram relação em comum (Brookfield, Const a Lind, Const Beter; JHSF Part e Metal Leve). A empresa Gafisa, informou em nota explicativa a detecção de evidências e provisão de perda, entretanto não foi considerada pela pesquisa como empresa com alto indício de perda, já que mostrou tendência negativa apenas em 2 *proxies* (despesa financeira e dívida líquida sobre patrimônio líquido).

Esse último resultado evidencia que apenas 19% das empresas com alto indício de perda de valor recuperável realizaram o teste de *impairment*.

Empresa	Ocorrência de "Indício" por indicador	Observação de "evidência" de perda em Nota Explicativa	Realização do Teste
Brookfield	3	Não	Sim
Const A Lind	3	Sim	Sim
Const Beter	3	Sim	Sim
Cyrela Realt	4	Não	Não deixou claro
Direcional	4	Não	Não deixou claro
Gafisa	2	Sim	Sim
Even	3	Não	Não deixou claro
JHSF Part	3	Sim	Sim

Lix da Cunha	3	Não	Não deixou claro
Mendes Jr	3	Não	Sim
MRV	4	Não	Sim
PDG Realt	3	Não	Não deixou claro
Rodobensimob	3	Não	Não deixou claro
Sergen	3	Não	Não
Tecnisa	3	Não	Não deixou claro
Viver	5	Não	Não deixou claro
Bic Monark	3	Não	Sim
Fras-Le	3	Não	Não deixou claro
Iochp-Maxion	3	Não	Não deixou claro
Metal Leve	4	Sim	Sim
Pro Metalurg	3	Não	Sim
Wiest	3	Não	Não

Quadro 08: “Confronto da análise de resultados com a análise de conteúdo”.

Fonte: Resultados da pesquisa, 2013.

5 CONCLUSÃO

Partindo da premissa de que empresas que apresentam alto índice de perda por deterioração estão condicionadas a realizarem cálculos para verificação da recuperação dos valores reconhecidos como ativos, o objetivo da pesquisa foi verificar o julgamento realizado pela administração de 41 entidades pertencentes aos setores Automotivo e Construção Civil (classificadas pela Economatica como “Veículos e Peças” e “Construção”, respectivamente) sobre a necessidade de realização do teste de *impairment* nos exercícios encerrados em 2008 e 2009. Para isso realizou-se a observação de tendência negativa ou positiva dos resultados das empresas no período de 2004 a 2009, a partir de *proxies* de variáveis macroeconômicas.

Os resultados mostram que 97% das empresas mostraram existência de índice em pelo menos um indicador e que 51% do total da amostra, por apresentarem INDÍCIO em pelo menos 3 indicadores, foram consideradas empresas de alto índice de perda e portanto deveriam realizar teste de *impairment*.

Entretanto, a análise de conteúdo demonstrou que apenas 12% da amostra apontou em nota explicativa a verificação de existência de evidências para realização dos cálculos de recuperabilidade de seus ativos.

Para confirmação ou recusa da hipótese de pesquisa, realizou-se um confronto dos resultados de existência de índice e de afirmação para “Realizou o Teste”? (na análise de conteúdo). Do total de 21 empresas apontadas com pelo menos 3 ocorrências de INDÍCIO, 10 realizaram cálculos para verificação de perdas pela não recuperabilidade de ativos (47%). Ou seja, a hipótese teórica de que as empresas realizaram teste para perda por *impairment* quando verificada existência de índices apontados por tendência negativa de resultados nos anos 2008 e 2009 não se confirma, já que se espera a totalidade da confirmação.

Os resultados possibilita-nos inferir que, a maioria das empresas foram omissas às evidências externas e internas de possibilidade de diminuição do benefício futuro provável de ativos, trazidas pela crise econômico-financeira o que reforça o ponto de fragilidade do procedimento, que é justamente o fato da norma sobre *impairment* conferir grande discricionariedade à gerência para construir as projeções que servem como base para o cálculo do valor dos ativos, e, por conseguinte, determinar a ocorrência e a extensão das perdas por *impairment*.

REFERÊNCIAS

ALDRIGHI, Dante Mendes; BESINHA, Rafael. **Restrição Financeira em empresas com ações negociadas na Bovespa**. In: Revista Brasileira de Economia vol.64 nº1 Rio de Janeiro, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **As crises financeiras internacionais e o Brasil desde 1929: 80 anos de uma história turbulenta**. In: Revista *Plenarium*; Câmara dos Deputados, n. 6, 2009, Brasília.

BAESSO, Robson de S.; COSCARELLI, Bruno V; RIBEIRO, Maria Celia V; SOUZA, Antônio A. **Impairment em Empresas Norte–Americanas do Setor de Telefonia Móvel**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8º, 2007, São Paulo, Anais... São Paulo: USP, 2008.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Maury. **Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test**. In: 6º CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006.

BIASOTO Jr., GERALDO; Novais, Luis Fernando; e FREITAS, M. Cristina P. **O desempenho econômico-financeiro das companhias abertas entre 2002 e 2007 e no ano de 2008**. In: Panorama das economias internacional e brasileira: dinâmica e impactos da crise global, São Paulo: Fundap, 2009.

BINI, Mauro; BELLA, Chiara Della. *Determinants of market reactions to goodwill write-off after SFAS 142*. *Managerial Finance*, 2007.

BORBA, José A.; ZANDONAI, F. **O Que Dizem os Achados das Pesquisas Empíricas Sobre o Teste de *Impairment*: Uma análise dos *Journals* em Língua Inglesa.** In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 8º, 2007, São Paulo, Anais... São Paulo: USP, 2008.

BRANDAO, Roberto; CASTRO, Nivaldo José de. **A crise Econômico-Financeira e os Impactos no Setor Elétrico Brasileiro.** Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/>. Acessado em: 07 nov. 2012.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 949/2009.** Regulamenta o Regime Tributário de Transição (RTT), institui o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2009/in9492009.htm>. Acessado em: 03 nov. 2012.

CERQUEIRA, Daniel Augusto Camargo; SILVA, José Marco; REZENDE, Amaury José ; DALMÁCIO, Flávia Zóboli . **Impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade sobre os preços e os retornos das ações das companhias brasileiras.** In: 12º Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo. 12º Congresso USP Controladoria e Contabilidade e 9º Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade, 2012. v. 1. p. 1-16.

COMISSÃO de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº 527, de 01 de novembro de 2007.** Aprova pronunciamento técnico CPC 01 sobre redução ao valor recuperável dos ativos.

Disponível em: http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli527.doc. Acesso em: 03 nov. 2012.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*).** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2012.

CRUZ, Bruno Alexandre. **Análise comparativa do ias 36 SFAS 144 e seus impactos nos demonstrativos contábeis das empresas europeias com registro na SEC em 2005(2008).**

DOMINGOS, João Carlos de Aguiar *et al.* **Perda do valor de recuperação (*impairment*) de ativos em campos petrolíferos: um estudo das empresas listadas na NYSE (2009).**

Dowbor, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios: Convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais.** Economia Global e Gestão, Dez 2008, vol.13, nº. 3, p.09-38. ISSN 0873-7444

FERNANDES, Nirlene A. C.; RODRIGUES, Luciana A.; CUNHA, Jaqueline V. A. da. **Perdas no valor recuperável dos ativos: Uma análise da sua evidenciação nas demonstrações financeiras.** XIII Semead. USP, São Paulo, 2010.

FUJI, Alessandra Hirano; SLOMSKY, Valmor. **Subjetivismo Responsável: Necessidade ou Ousadia no estudo da Contabilidade, Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, 2003.**

FUNDAP. **Crise e Pós-crise: O impacto sobre as grandes empresas brasileiras de capital aberto.** Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/conjuntura/Crise%20e%20p%C3%B3s-crise.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2012.

GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; MARTINS, Eliseu. **Comparação dos métodos de tratamento do *goodwill* adquirido face às características qualitativas da informação contábil: *impairment test* x amortização.** In: 4º Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2007.

HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL Accounting Standards Board (IASB). **International Accounting**

Standards (IAS). Impairment of Assets, n. 36, London: IASB, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LOPES, Alexsandro Broedel. **Uma Análise Crítica do Arcabouço Teórico da SFAS 133: Accounting for Derivate Instruments and Hedging Activies**. In. Caderno de Estudos FIPECAFI. São Paulo. v.11 n.22. setembro / dezembro 1999.

LOPES, Alexsandro Broedel e LIMA, Iran Siqueira. **Perspectivas para a pesquisa em contabilidade: o impacto dos derivativos**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI-FEA-USP. São Paulo. FIPECAFI. V. 15, No. 26, p. 25-41. Agosto/Maio

NETO, Alexandre Assaf. **Finanças Corporativas e Valor**.

PEREIRA, Carlos Daniel Schneider. **Uma contribuição para o entendimento do fair value accounting**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, São Paulo, Ano VI, n.11, p. 06-14, mar. 2000.

PORTO, Maria Alice. **Interdisciplinaridade no curso de ciências contábeis**. Portal da Administração, 2008. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/interdisciplinaridade-no-curso-de-ciencias-contabeis/27001/> Acesso em: 26 out. 2012.

PRICEWATERHOUSECOOPERS, **O impacto da crise financeira internacional na economia brasileira**. 2008.

RAUPP, Fabiano Maury, BEUREN, Ilse Maria. **Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test**.(2006).

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, Marcleide M. M.; CABRAL, Luiz . M.M.A.C. ; MORAES, J.J.da S. . **Impairment: uma avaliação entre o pronunciamento nº. 1 do CPC e IAS nº. 36 do IASB nas empresas listadas na bolsa de Londres**. Gestão.Org, v. 8, p. 136-151, 2010.

SANTOS, José Luiz dos; MACHADO, Nilson Perinazzo; SCHMIDT, Paulo. **Teste de impairment para ativos de longa duração: tratamento contábil de acordo com o SFASnº. 144.** Revista Contexto. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Paula Danyelle Almeida *et al.* **Impairment de ativos de longa duração: comparação entre SFAS 144 e o IAS 36**In: 6º CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006.

SMITH, Marinês Santana Justo; OLIVEIRA, Maria Amélia Duarte; CIA, Joanília Neide de Sales. **Impairment – obrigatoriedade ou estratégia: O caso de uma “sociedade Ltda”.** In: 2º CONGRESSO UFSC CONTROLADORIA E FINANÇAS, 2008, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2008. CD-ROM.

SOUZA, Maira M. de.; BORBA, José A.; ZANDONAI, Fabiana. **Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras.** In: XXXIII Enanpad, São Paulo, Anais... São Paulo, 2011.

SZUSTER, Natan. FERNANDES, Fernanda da Silva. **Comparação entre redução ao valor recuperável de ativos e reavaliação de ativos.** Revista Pensar Contábil. Vol. 11. Rio de Janeiro: 2009.

APÊNDICE 1 – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nome	Menção da Norma	Detectou Evidências?	Realizou o Teste?	Provisou Perda?	Em qual Ativo?	Apresenta premissas?	Rubrica	Texto Principal
Azevedo	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável".
Brookfield	Sim	Não	Sim	Não				"Administração não identificou situações em que o valor contábil dos referidos ativos fosse superior aos correspondentes valores de recuperação".
Const A Lind	Sim	Sim	Sim	Sim	Ágio	Sim	"Provisão para perda sobre ágio"	"Foi constituída provisão para perda em função das projeções de resultados futuros não oferecerem sustentação econômica para manutenção do ágio".
Const Beter	Sim	Sim	Sim	Sim	Investimento	Não	"Provisão para Perdas na Desvalorização de Investimentos"	"As participações societárias não-relevantes são avaliados pelo custo de aquisição diminuído, quando aplicável, da provisão perdas na realização de investimentos"
Cr2	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável".
Cyrela Realt	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"As principais contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: Títulos e valores mobiliários, Imóveis a comercializar, Investimentos, Imobilizado, Intangível e Investimentos com cotação em bolsa".
Direcional	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável".
Even	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável".

Eztec	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável, a Sociedade analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado".
Gafisa	Sim	Sim	Sim	Sim	Ágio	Sim	"Deságio"	"O ágio não justificado por fundamentos econômicos é reconhecido imediatamente como perda no resultado do exercício".
Helbor	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou seu valor recuperável".
JHSF Part	Sim	Sim	Sim	Sim	Projetos Imobiliários	Não	"Amortização de Projetos"	"Levando em consideração elementos internos e externos observados durante o ano de 2009, considerou não recuperável alguns ativos, em particular os seguintes projetos (...)"
Joao Fortes	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A recuperação do valor contábil de cada empreendimento imobiliário é revisada quando eventos ou mudanças nos cenários macroeconômicos indicarem riscos do valor contábil não ser recuperável, caso confirmado, uma provisão é contabilizada".
Lix da Cunha	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A administração passou a revisar anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável".
Mendes Jr	Sim	Não	Sim	Não				"(...)A Companhia realizou essa análise e não identificou nenhum ajuste relevante".
MRV	Sim	Não	Sim	Não		Sim		"Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Companhia realizou os testes de "impairment" conforme requerimentos do CPC 01, e concluiu que os valores deste ativo, líquidos de ágio, de R\$3.237 (R\$3.237 em 2008) não apresentavam problemas de realização. "
PDG Realt	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"(...)Essas indicações levam em consideração a obsolescência do ativo, a diminuição significativa e inesperada do valor de mercado do ativo. Alteração no ambiente macro econômico em que a Companhia atua, e flutuação das taxas de juros que possam impactar os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa".

Rodobensimob	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"Registrado ao custo de aquisição, líquido da depreciação registrada pelo método linear, considerando as taxas de depreciação anuais e reduzido ao seu valor de recuperação, quando necessário. "
Rossi Resid	Sim	Não	Sim	Não				"Em 2009 foram realizados testes de "impairment" para imóveis a comercializar e imobilizado. Com base nas análises preparadas, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008".
Sergen	Não							
Sultepa	Sim	Não	Sim	Não				"A sociedade efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda".
Tecnisa	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável".
Trisul	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável".
Viver	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável".
Autometal	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos por seu custo histórico menos depreciação e correspondentes perdas por deterioração (impairment) acumuladas, exceto no caso dos terrenos, que não são depreciados e se apresentam líquidos das perdas por impairment acumuladas".

Bic Monark	Sim	Não	Sim	Não				"A Administração revisou em 31 de dezembro de 2009 o valor contábil dos seus ativos com o propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou para uma unidade geradora de caixa. O Valor recuperável corresponde ao valor líquido de venda ou ao valor de uso, dos dois o maior. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis dos bens imobilizados possam ser superiores aos valores de recuperação".
Cobrasma	Não							
DHB	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável".
Embraer	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (<i>impairment</i>)".
Fras-Le	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor".
Iochp-Maxion	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor".
Marcopolo	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável".
Metal Leve	Sim	Sim	Sim	Sim	Ágio	Sim	"Provisão de <i>Impairment</i> "	"A Companhia, por sua vez, constituiu provisão de <i>impairment</i> para o ágio pago na aquisição da controlada em 2009".
Plascar Part	Sim	Não	Sim	Não				"Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas".
Pro Metalurg	Sim	Não	Sim	Não				"Com bases nos cálculos efetuados não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação".

Randon Part	Sim	Não	Sim	Não				"Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados e intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável de acordo com oCPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
Recrusul	Sim	Não	Sim	Não				"No caso dos investimentos, não foram identificadas diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações contábeis. A administração avalia que os Ativos Financeiros estão registrados acima ou igual ao valor de mercado, não havendo necessidade de ajustes ao valor de recuperação".
Riosulense	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por "impairment" anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável".
Schulz	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por "impairment" anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável".
Tupy	Sim	Não deixou claro	Não deixou claro	Não				"A Sociedade adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro".
Wetzel S/A	Sim	Não	Sim	Não		Não		"A Companhia realizou o teste de recuperabilidade, e concluiu não ser necessária, a provisão para redução do imobilizado, intangível e diferido ao seu valor de realização".
Wiest	Não							